

CURRICULUM VITAE

DADOS PESSOAIS

Nome PEDRO BRITO VEIGA MONIZ LOPES

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

01/2016 Doutoramento em ciências jurídico políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sob orientação do Prof. Doutor David Duarte, com dissertação intitulada "*Derrotabilidade normativa e normas administrativas*". Aprovado com distinção e louvor por unanimidade (18 valores)

10/2010 Bolseiro de doutoramento da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP.

Mestrado em ciências jurídico-políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sob orientação do Prof. Doutor David Duarte, com dissertação intitulada "*Princípio da boa fé e decisão administrativa: estrutura e operatividade na discricionariedade conferida por normas habilitantes*". Aprovado com 18 valores.

10/2005 - 06/2006 Pós-graduação em ciências jurídico-administrativas pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (IJCP) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

09/1999 - 07/2004 Licenciatura em Direito (menção de ciências jurídico-políticas) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Classificação final de 16 valores.

EXPERIÊNCIA ACADÉMICA

01/2016-presente Professor auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (<http://www.fd.ul.pt/Faculdade/Docentes/PedroMonizLopes.aspx>)

09/2008 - 09/2009;
09/2010 - presente Assistente convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Disciplinas do 1.º ciclo (Licenciatura) leccionadas:

- Direito Administrativo I e II;
- Direito Constitucional I e II;
- Direitos Fundamentais;
- Ciência Política

Disciplinas do 2.º ciclo (*Mestrado em Direito e Prática Jurídica*) leccionadas:

- Políticas públicas
- Cooperação interadministrativa e transfronteiriça

Disciplinas do 2.º ciclo (*Mestrado em Direito e Ciência Jurídica*) leccionadas:

- Metodologia da Investigação Científica

01/2016 - presente Investigador Principal do Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

01/2013 - 01/2016 Investigador Principal do Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

EXPERIÊNCIA EDITORIAL

12/2015 - presente Director Executivo da Revista *e-Pública - Revista Electrónica de Direito Público* (Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito de Lisboa) (<http://e-publica.pt/quemsomos.html>)

01/2014 - 12/2015 Director Executivo Adjunto da Revista *e-Pública - Revista Electrónica de Direito Público* (Centro de Investigação de Direito Público da Faculdade de Direito de Lisboa)

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

01/2015- presente Sócio da Sociedade Cardigos e Associados - Sociedade de Advogados, RL (Departamento de Projectos e Direito Público) (<http://www.cardigos.com/pt/a-equipa/Pedro-Moniz-Lopes/24/>)

06/2008 - 01/2015 Advogado Associado Sénior no Departamento de Projectos e Direito Público da Sociedade Cardigos e Associados - Sociedade de Advogados, RL

07/2013 - presente Integrou como Presidente júris de procedimentos concursais para recrutamento de dirigentes (Administração central e municipal).

07/2014 - presente Árbitro do CAAD - Centro de Arbitragem Administrativa (<http://www.caad.org.pt/content/show/id/19/s/2#topmenu>)

LÍNGUAS Português (língua materna); Inglês (fluente); Castelhana (nível

intermédio); Francês (nível intermédio); Alemão (nível inicial).

Publicações

2016 - *Implicazioni derivanti dalla genericità nella (in)coerenza e nella (in)completezza dei sistemi giuridici* in *Diritto & Questione Pubbliche*, em peer review;

2016 - *The syntax of principles: genericity as a logical distinction between rules and principles* in *Ratio Juris*, no prelo;

2016 - *Derrotabilidade normativa e normas administrativas - enquadramento normativo e conflitual dos regulamentos administrativos*, em curso de publicação (dissertação de doutoramento);

2015 - *Are we positive about positive law in a global sphere? A comment on Edouard Fromageau's "the Concept of Positive Law in Global Administrative Law"* in *e-Pública: Revista Eletrónica de Direito Público*, n.º 6, (2015);

2015 - *Objecto, condições e consequências da invalidade regulamentar no novo Código do Procedimento Administrativo* in AA. VV., *Comentários ao Novo Código do Procedimento Administrativo*, C. AMADO GOMES, A. FERNANDA NEVES, T. SERRÃO (Coord.), AAFDL, 2015, pp. 847-879;

2015 - *Ilegalidades urbanísticas e medidas de reintegração: algumas questões a propósito da dicotomia procedimental entre licenciamento e comunicação prévia*, Almedina, 2015, pp. 205-225;

2014 - *Licenciamento de operações de tratamento de resíduos, margem de livre apreciação administrativa e precariedade do acto final*, in AAVV, *Direito dos Resíduos*, Lisboa, ERSAR/FDUL, 2014;

2013 - *O regime substantivo dos regulamentos no projecto de revisão do Código do Procedimento Administrativo: algumas considerações estruturantes* in *e-Pública: Revista Eletrónica de Direito Público*, n.º 1, (2013), disponível em <http://e-publica.pt/pdf/artigos/regimesubstantivosdosregulamentos.pdf>;

2012 - *Ponderação na revogação de actos administrativos inválidos*, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda*, IV, Coimbra, Coimbra Editora, 2012, pp. 769-795;

2011 - *Princípio da boa fé e decisão administrativa - estrutura e operatividade na discricionariedade conferida por normas habilitantes*, Coimbra, Almedina, 2011 (dissertação de mestrado);

2011 - *Princípios como induções deonticas: a previsão indutiva, o défice informativo e a derrotabilidade condicional nos princípios jurídicos*, *Revista Nomos*, edição 1011.1, Faculdade de Direito da

Universidade Federal do Ceará, Brasil (2011), pp. 197-235;

2009 - *Sobre as sentenças de inconstitucionalidade parcial qualitativa: enunciados constitucionais de preferência* in *As sentenças intermédias da justiça constitucional*, coord. Carlos Blanco de Moraes, Lisboa, AAFDL, 2009, pp. 477-577;

2008 - *O valor jurídico das normas de decisão jurisprudenciais*, *O Direito*, n.º 140, n.º 3, (2008), pp. 645-695.

Lisboa, Janeiro de 2017